



Reservatório Jaguari/Jacaré: principal produtor de água para o Sistema Cantareira, que passa pela pior seca de sua história.

© ADRIANO FAGUNDES

CONHEÇA O APLICATIVO

Cadê a água?

Diante da grave crise hídrica que vive o sudeste do País, o aplicativo desenvolvido pelo ISA, em apoio à Aliança pela Água, permite que as pessoas informem onde está faltando água em São Paulo. **Confira e participe! • P.5**

EXPEDIÇÃO ANACONDA MAPEIA 40 LUGARES SAGRADOS

Na segunda etapa, a equipe do ISA e seus parceiros saíram do porto de Camanaus nas imediações de São Gabriel da Cachoeira rumo à cachoeira de Ipanoré • **P.8**

ISA PROMOVE FORMAÇÃO PARA JOVENS DO VALE DO RIBEIRA

São 150 participantes entre quilombolas, indígenas e camponeses que serão capacitados para atuar como agentes socioambientais em suas comunidades • **P.9**

SUMÁRIO

2 PESQUISA E DIFUSÃO • 5 CRISE HÍDRICA • 6 MODELOS DE SUSTENTABILIDADE • 11 DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS • 14 INSTITUCIONAL • 16 PARCEIROS LOCAIS

Blog da Rede Sementes incorpora as informações da Campanha Y Ikatu Xingu

Em novembro, informações da Campanha Y Ikatu Xingu passaram a ser publicadas tanto no blog quanto na página do Facebook da Associação Rede de Sementes do Xingu. Ao completar 10 anos, a Campanha Y Ikatu Xingu é considerada referência em restauração florestal de Áreas de Preservação Permanente (APPs) no Estado do Mato Grosso, na Amazônia e no Cerrado, pondo em recuperação mais de 3.000 hectares ao longo desses anos. Boa parte dessa área tem sido implementada por meio do plantio mecanizado das florestas com a adaptação de máquinas agrícolas que colocam as sementes diretamente no chão. Além disso, a associação capacita e organiza 350 coletores que formam a Rede de Sementes do Xingu.

A Campanha Y Ikatu Xingu, como movimento que mobiliza as forças vivas do território para proteger e recuperar as nascentes e matas de beira de rio da região do Xingu, continua. Salvar a “Água Boa do Xingu” será sempre o objetivo dos povos indígenas, agropecuaristas, agricultores familiares, pesquisadores e organizações da sociedade civil que valorizam a diversidade acima de tudo.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1CMH5NN>

ISA lança mapa Amazônia Brasileira 2014 no Congresso Mundial de Parques

O lançamento ocorreu em evento promovido pela IUCN (International Union for Conservation of Nature) no Congresso Mundial de Parques que se realizou em novembro, em Sidney, na Austrália. Publicado desde 2004, é uma reedição atualizada de um estudo sistemático que o Programa Monitoramento do ISA executa historicamente há mais de 20 anos.

Atualmente a Amazônia Brasileira conta com 315 Unidades de Conservação federais e estaduais e com 420 Terras Indígenas (reconhecidas, homologadas ou em processo de reconhecimento), resultado da constante luta pelos direitos dos povos, pela justiça socioambiental e pela conservação da biodiversidade. Essas áreas somam 204.416.393 hectares, ou seja, cerca de 40% da Amazônia Legal Brasileira.

Esses territórios garantem o direito à reprodução cultural e modos de vida de mais de 173 diferentes povos indígenas e diversas comunidades tradicionais, contribuindo na conservação da biodiversidade e dos processos ecossistêmicos, na manutenção das condições climáticas em micro e macro escala e na salvaguarda dos cursos d'água, muitos dos quais abastecem a maioria da população brasileira que habita os grandes centros urbanos. O mapa está disponível para venda na loja do ISA, com versões em português e em inglês, e também disponíveis para *download*.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1vhU08f>

Curtas

MONITORAMENTO DESENVOLVE SISTEMAS PARA ELABORAÇÃO DE INDICADORES. *No final de 2014, um passo importante foi dado pelo Programa Monitoramento na proposição e implementação de sistemas que gerem informações e análises para a elaboração de indicadores. Tanto voltados para Terras Indígenas (TIs), quanto para Unidades de Conservação (UCs). O Sistema de Indicadores de Terras Indígenas (SisTI) é composto por 11 temas - Ambiente, Cultura, Direitos, Educação, Gestão, Infraestrutura, Povos e Demografia, Pressões e Ameaças, Recursos Financeiros, Saúde e Segurança Alimentar. Contém formulários de perguntas orientadoras que irão subsidiar monitoramentos, análises e a produção do quadro de indicadores socioambientais de TIs. Já o Sistema de Indicadores de Unidades de Conservação (SisUC) foi desenvolvido em parceria com a empresa NSC e trata-se de um sistema que integra dados de campo sobre indicadores de UCs.*





© TIAGO MOREIRA/ISA

Reunião de validação do levantamento socioambiental na comunidade Juracy, TI Ponta da Serra (RR)

Comunidades indígenas discutem levantamento socioambiental de seus territórios

Em fevereiro, as comunidades indígenas das Terras Indígenas Ananás, Anaro e Ponta da Serra, na região do Amajari, norte de Roraima, e as que se situam na TI Waiwai, no sul do estado, discutiram os retratos socioambientais de seus territórios, resultado do trabalho do ISA de construção de um sistema de indicadores socioambientais para Terras Indígenas (SisTI). O projeto foi iniciado em 2013, quando sete pesquisadores indígenas das etnias Waiwai, Wapixana e Macuxi foram capacitados para trabalhar com suas comunidades levantando informações sobre seus territórios, durante quatro meses.

Uma das preocupações fundamentais do SisTI é disponibilizar uma metodologia que promova o protagonismo das comunidades indígenas, assim como também as ferramentas para que elas definam suas próprias estratégias de gestão territorial e ambiental. Entre os dias 23 e 24 de fevereiro, as reuniões foram com os indígenas da região do Amajari, e em 26 e 27 de fevereiro foram realizadas na TI Waiwai. Ao final, eles puderam pautar as demandas que levantaram para gestores governamentais e organizações indígenas.

No Amajari, também participaram das reuniões alguns representantes do Conselho Indígena de Roraima (CIR), responsável pela parceria com o ISA, uma representante da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (Omir) e a

coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Leste de Roraima, Dorotéia Moreira Gomes. Os indígenas validaram os levantamentos feitos e debateram os problemas socioambientais locais, apontando à coordenadora do DSEI as questões relacionadas à saúde nas TIs.

Na TI Waiwai, a reunião ocorreu durante a Assembleia Geral dos Waiwai das comunidades Anauá e Xaary e contou com cerca de 140 indígenas, além dos tuxauas de duas comunidades (Maracá e Cobra) da TI Trombetas/Mapuera, quatro lideranças Wapixana da TI Jacamim, uma representante do CIR e ainda gestores públicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e uma representante do DSEI Leste. Os pesquisadores indígenas, Luiz, da aldeia Anauá e Raul, da aldeia Xaary, apresentaram os resultados sendo auxiliados por painéis temáticos produzidos pela equipe do ISA, que contemplavam os 11 módulos do SisTI (Povos e Demografia; Direitos Territoriais; Gestão; Infraestrutura; Recursos Financeiros; Segurança Alimentar; Ambiente; Pressões e Ameaças; Saúde; Educação e Cultura).

Além da discussão sobre o levantamento, os Waiwai aproveitaram para apresentar os resultados da primeira etapa de mapeamento dos castanhais da TI, feito em parceria com o ISA. O projeto continua em 2015 e novas comunidades, em Rondônia e no Médio Solimões, devem ser incorporadas.



© URBAN MONTEIRO/ISA

Silvia Futada, do ISA, apresenta Sistema de Indicadores de Terras Indígenas, em Cacoal (RO)

Tecnologias da Informação colaboram com a gestão de áreas protegidas na Amazônia

Em janeiro de 2015, Silvia de Melo Futada, do Programa Monitoramento do ISA participou do 'Diálogo sobre Tecnologias da Informação e Comunicação para gestão de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia', no Centro de Formação Paiter em Cacoal, Rondônia. O seminário teve 90 participantes e foi organizado pela Associação Metareilá do Povo Indígena Paiter Suruí, pelo Google e pela Fundação Avina, com a colaboração das organizações da sociedade civil Associação Kanindé e Equipe de Conservação da Amazônia.

A ideia foi iniciar um processo de diálogo sobre o potencial da inovação tecnológica para gestão de TIs e UCs na Amazônia, com a participação de representantes de mais de 13 povos indígenas do Estado de Rondônia, de representantes de povos indígenas tembé e waiwai, do Pará, e de organizações da sociedade civil atuantes na área. O vice governador do estado, Daniel Pereira, e a gerente de Educação da Secretaria Estadual de Educação, Angélica Ayres, estiveram presentes. Angélica apresentou o Projeto de Ensino com Mediação Tecnológica para escolas indígenas, como forma de suprir carências em virtude da escassez de professores habilitados para

atuar nesses estabelecimentos de ensino e de material pouco qualificado.

A experiência do uso de tecnologias da informação e comunicação pelo povo Suruí em parceria com o Google, que culminou no Projeto Carbono Florestal Suruí da Terra Indígena Sete de Setembro, mostra que existem oportunidades a serem avaliadas. O ISA apresentou o Sistema de Indicadores de Terras Indígenas (SisTI), projeto em curso em 12 TIs nos estados de Roraima e do Amazonas, e que deverá ser ampliado a partir de parcerias com comunidades indígenas de Rondônia.

Assim, inicia-se uma rede que busca compreender a inovação tecnológica como peça importante nas soluções aos desafios apresentados pelas TIs e UCs na Amazônia. Ao mesmo tempo, procura entender como as inovações tecnológicas podem contribuir para uma 'nova economia' baseada na integridade territorial e no respeito aos diferentes modos de vida. E utilizá-las de forma a aprimorar a gestão territorial de áreas protegidas e a comunicação das populações que habitam a região, onde a presença do Estado e o acesso à internet são incipientes.

55% do carbono da Amazônia estão em Terras Indígenas e áreas protegidas

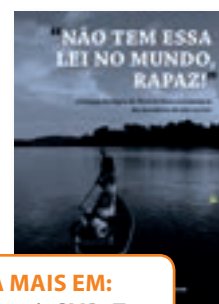
O estudo *Carbono nas florestas da Amazônia: o pouco reconhecido papel dos territórios indígenas e áreas naturais protegidas*, lançado em dezembro, durante a COP do Clima, em Lima, revela a existência de enormes quantidades de carbono na rede de territórios indígenas e áreas protegidas de nove países da Amazônia. E sugere que a proteção desse carbono, que equivale a 55% de todo o carbono da região amazônica, é crucial para a estabilidade do clima global, para a identidade cultural dos povos das florestas e para a saúde desses ecossistemas. A análise envolveu cientistas, redes panamazônicas de indígenas, ONGs e especialistas em políticas públicas e foi desenvolvido com a participação da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), da Coica, do Woods Hole Center Research e do EDF (Environmental Defense Fund).



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1rSBmCW>

Publicação registra pressão sobre os beiradeiros do Alto Rio Iriri (PA)

O ebook *"Não tem essa lei no mundo, rapazi!"*, a *Estação Ecológica da Terra do Meio e a resistência dos beiradeiros do Alto Rio Iriri* é o resultado da pesquisa dos cientistas sociais Daniela Alarcon e Maurício Torres sobre a situação fundiária dos ribeirinhos que vivem junto ao Rio Iriri, na Estação Ecológica da Terra do Meio (EsecTM), no Pará. A edição foi feita em parceria com as associações extrativistas das Resex do Riozinho do Anfrísio (Amora) e do Rio Iriri (Amoreri) e teve apoio do ISA. A Esec foi criada em 2005 como Unidade de Conservação de Proteção Integral e não se levou em conta que a área era habitada há décadas por ribeirinhos que passaram a ter seus direitos desrespeitados e sua sobrevivência ameaçada. Um termo de compromisso para harmonizar a relação entre o ICMBio e os ribeirinhos está sendo construído pela atual gestão da UC para garantir os direitos dessas populações.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1CMP2T3>

Crise hídrica

Cadê a Água?

É a nova função que o ISA desenvolveu e acrescentou à ferramenta *De Onde vem a água*, que já estava no site, em apoio à Aliança pela Água de SP. Antes, as pessoas podiam se informar sobre qual o manancial que abastecia suas casas, bastando para isso informar o CEP.

Com o lançamento em 9 de fevereiro do *Cadê a Água?* as pessoas podem informar onde, quando e durante quanto tempo faltou água em suas casas. Para isso basta assinalar as informações em uma ficha, preenchendo também o CEP da residência, o nome, e email. A partir desses dados, está sendo montado um mapa colaborativo indicando onde falta água, contribuindo assim para as ações da coalizão Aliança pela Água, coletivo que reúne mais de 50 organizações, o ISA entre elas, criado no final de outubro de 2014.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1th3jO4>

A Aliança está monitorando a grave crise hídrica pela qual passa o Estado de São Paulo e vem propondo ações de curto, médio e longo prazo de forma a conscientizar a população e amenizar as consequências da falta de água. Entre outras ações, foi elaborado um manual de sobrevivência na crise, destinado à população em geral, que teve o apoio do ISA.



© LUBIAN MONTEIRO/ISA

Wilde Itaborahy, do ISA, apresenta os tipos de instrumentos para realização de diagnósticos durante o terceiro módulo do curso

Gestão em Terras Indígenas é tema de novo módulo de curso em São Gabriel da Cachoeira (AM)

Financiado pelo Projeto Participativo dos Povos Indígenas (PDPI) e executado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), o curso de gestão é direcionado para lideranças indígenas das cinco coordenadorias da Foirn. Funcionários públicos da Coordenação Regional Rio Negro da Funai, do ICMBio, um representante da organização não governamental Rios Profundos e lideranças Yanomami de Maturacá e do Rio Marauí também participaram da terceira etapa do curso.

Os temas se concentraram nos instrumentos de gestão e implementação da PNGATI (Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas) e em torno dos que já estão sendo construídos na região do Alto Rio Negro. As principais discussões nesta etapa se pautaram na apresentação dos participantes relacionada aos mapas mentais elaborados em suas regiões, trazendo informações valiosas sobre as organizações socioeconômicas das comunidades bem como relatórios de atividades sobre as reuniões

comunitárias feitas por eles para apresentar a proposta da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas e seu objetivo. Também foram debatidos os diferentes instrumentos que podem ser utilizados para o plano de gestão.

Foram apresentadas experiências no manejo de pesca, que vêm sendo desenvolvidas pelos Agentes Indígenas de Manejo Ambiental na região do Baixo Uaupés e Tiquié. A Coordenação Regional da Funai e o ISA expuseram o diagnóstico, planejamento e processo de implementação de ordenamento pesqueiro do Rio Marié, região do Médio Rio Negro.

No final, os participantes começaram a elaborar modelos de diagnósticos a partir da reflexão sobre as apresentações de modelos elaborados em oficinas realizadas entre os Agentes Indígenas de Manejo Ambiental do Alto Rio Negro. Foram formados grupos de trabalho por coordenadorias regionais para elaborar questionários a serem aplicados de forma experimental. A ideia é aprimorar protocolos de abordagem e modelos de questionários com fins de diagnóstico para o último módulo, que será no primeiro trimestre de 2015.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1wYLea4>

Povos indígenas do Brasil e da Colômbia compartilham experiências e desafios

Em novembro, a comunidade São Pedro, no Alto Rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro (AM), recebeu a V Canoita, encontro entre diversos povos, comunidades e associações indígenas do noroeste amazônico, tanto do lado brasileiro quanto do lado colombiano. O encontro se realiza há mais dez anos no âmbito da rede Canoa (Cooperação e Aliança no Noroeste Amazônico), para promover o intercâmbio de conhecimentos e de rituais entre os povos que vivem e compartilham um vasto território.

Além de trocar informações sobre iniciativas desenvolvidas pelas diversas associações – três delas da Colômbia – e comunidades, foram discutidas estratégias e propostas para a proteção e governança dos territórios indígenas do noroeste amazônico. O evento, que contou com a participação de cerca de 150 lideranças e pesquisadores indígenas dos rios Uaupés, Tiquié, Pirá-Paraná e Apapóris, falantes das línguas tuyuka, tukano, bará, makuna, letuama, tatuyo, eduria, yebe masã, barasana, kotiria e kubeo, teve o apoio e a participação de pesquisadores/assessores do Instituto Socioambiental (ISA) e da Fundación Gaia Amazonas, da Colômbia.

Os temas abordados foram as pesquisas interculturais e a gestão territorial de uma área que se estende pelas bacias dos rios Negro e Japurá/Caquetá. Calendário ecológico-ritual, sítios sagrados, benzimentos e manejo

de peixes foram alguns dos itens tratados. Também estiveram presentes no evento, orientando as discussões temáticas, alguns benzedores e velhos conhecedores que há vários anos vêm colaborando com as investigações empreendidas pelos pesquisadores mais jovens. As noites do encontro foram dedicadas a conversas e troca de conhecimentos entre os benzedores no que toca às práticas de proteção e cura relacionadas aos ciclos ecológicos e aos sítios sagrados.

Na avaliação final, muitos participantes ressaltaram que o próximo encontro deverá ir além do intercâmbio de experiências, abrindo espaço para se pensar processos e medidas mais propositivas, com a construção de propostas e recomendações conjuntas para os governos de ambos os países.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1EWLLxq>



Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs) preparam suas apresentações

© RENATO MARTELLI/ISA

Curtas

OFICINA NO MÉDIO RIO NEGRO

DEBATE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

Em outubro, professores, alunos, pais, avós e lideranças das etnias Baniwa, Desana, Tukano e Baré participaram de oficina na comunidade de Canafé, no Médio Rio Negro, noroeste amazônico, para dar continuidade à elaboração do Projeto Político Pedagógico Indígena da escola Yandé Putira aprofundando textos já escritos e fazendo novas sistematizações. A atividade foi promovida pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) em parceria com o ISA. Depois das apresentações em plenária foram sistematizadas as ideias levantadas e foi elaborado um texto com auxílio de um projetor, de forma que todos pudessem acompanhar e opinar. Depois da leitura final, o projeto ainda não concluído foi impresso e entregue aos participantes. Os itens debatidos e sistematizados foram a missão da escola incluindo objetivo geral, objetivos específicos, metodologia de ensino adotada, grade curricular, calendário local, funcionamento da escola, sistema de avaliação, entre outros. Os participantes discutiram a metodologia de ensino via pesquisa, a formação de professores indígenas, a produção de material didático, língua nheengatu, grade curricular e calendário específico. Os trabalhos em Canafé contaram com a assessoria de Ivo Fontoura e Higino Tenório, da Foirn, e de Lirian R. Monteiro, do ISA.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1AiDsiw>



© ALINE SCOLINO/ISA

Visita à casa do Sol, no Baixo Rio Uaupés, conjunto de rochas importante relacionado às flautas sagradas

Segunda etapa da Expedição Anaconda registra sítios sagrados nos rios Uaupés e Negro

Com a continuidade do projeto Mapeo em 2014 e 2015, a equipe do ISA e seus parceiros realizaram nova etapa da expedição Anaconda que está registrando os lugares sagrados dos povos de língua tukano oriental. Nesta segunda fase, a expedição saiu do porto de Camanaus, nas imediações da cidade de São Gabriel da Cachoeira, e mapeou 40 lugares sagrados. Durante 12 dias, a comitiva parou em 11 comunidades incluindo Cabari, São Luiz e Yauawira. Diversos conhecedores indígenas – cuja maioria estava na primeira etapa – participaram dessa fase, além de representantes dos ministérios da cultura do Brasil e Colômbia e pesquisadores que trabalham junto aos povos da região. Uma equipe de cineastas e cinegrafistas indígenas e não indígenas coordenada pelo Vídeo nas Aldeias registrou toda a expedição em áudio e vídeo.

Geralmente, os conhecedores mais velhos das comunidades são os que aprenderam de seus pais e avós as histórias, habilidades, restrições de comportamento e os perigos relacionados a estes lugares. São eles que conhecem empiricamente estes pontos e sinais associados e guiaram as visitas à maioria dos locais sagrados.

Além da parceria entre a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

(Foirn), o Instituto Socioambiental (ISA), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e instituições colombianas, esta etapa contou com o apoio da Funai por meio da Coordenação Regional Rio Negro.

De Yauawira a expedição entrou pelo Rio Uaupés e percorreu cerca de 200 km até o seu destino final, a cachoeira de Ipanoré. As narrativas indígenas contam que a cachoeira de Ipanoré é o local onde os primeiros ancestrais de diversos povos do Uaupés apareceram neste mundo transformados em seres humanos verdadeiros, depois de uma longa viagem subaquática pelos cursos dos rios Amazonas, Negro e Uaupés no bojo de uma cobra grande, chamada também de cobra-canoa ou “canoas de transformação”.

A expedição foi planejada para a época da seca no Rio Negro, quando pedrais, praias e cachoeiras ficam à mostra. Entretanto, para surpresa de todos, a subida repentina e fora de época dos rios Negro e Uaupés, não permitiu visualizar muitos desses locais. As mudanças no clima, que estão acontecendo de forma cada vez mais drásticas, afetam a vida das comunidades, de forma bastante perceptível pelos seus moradores. Esse foi um dos temas de conversa e reflexão dos participantes durante a expedição.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1zPHugB>



© RENATO NESTLENER/ISA

Jovens participam do primeiro módulo em Apiaí

Formação de agentes socioambientais atende jovens do Vale do Ribeira

Contribuir para a formação educacional e política de jovens entre 16 e 29 anos, moradores do Vale do Ribeira, é o objetivo da Formação de Agentes Socioambientais. A iniciativa é do Instituto Socioambiental, e tem o apoio do Fundo Nacional de Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente (FNMA/MMA), para atender 150 jovens de 14 municípios da região. Cinco turmas (Apiaí, Barra do Turvo, Eldorado, Iguape e Registro) foram formadas para reunir os jovens, vindos de comunidades quilombolas, indígenas, assentamentos e bairros rurais. Os módulos se iniciaram em novembro de 2014 e se estenderão até agosto de 2015.

Durante a capacitação, os agentes elaborarão projetos baseados nas demandas de suas comunidades, visando o desenvolvimento rural sustentável, e cinco deles terão apoio técnico e financeiro para sua implementação. Cada turma irá elaborar também uma campanha educativa para sua região, a partir de tema comum.

A valorização do modo de vida dessas comunidades foi destaque no primeiro módulo realizado em novembro. O Vale do Ribeira é lembrado como a região mais pobre do Estado de São Paulo e do Pa-

raná. No entanto, a percepção dos jovens sobre sua realidade mostra que riqueza e pobreza são conceitos que devem incorporar elementos que vão além de indicadores econômicos.

No retorno à casa, os jovens têm o compromisso de compartilhar com suas comunidades o aprendizado de cada módulo, apresentando os objetivos da formação e a ideia inicial do projeto que querem desenvolver localmente. Para isso, deverão utilizar algumas das ferramentas vistas durante o módulo como o mapa social, diagrama de Venn e a linha do tempo.

Os temas dos próximos módulos, que recomeçaram em fevereiro são políticas públicas e gestão territorial, legislação e adequação ambiental das propriedades, biodiversidade e manejo agroecológico, e elaboração de projetos e campanhas.

Espera-se com esta iniciativa o fortalecimento das comunidades atendidas, a formação de agentes locais motivados e críticos, a ampliação da participação da juventude nos espaços de construção de políticas públicas e a realização de projetos e campanhas que contribuam para o desenvolvimento e a valorização das comunidades rurais do Vale do Ribeira.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1uLZICt>



© ALEXANDRE KISHIMOTO/ISA

Encontro reuniu 18 representantes dos quilombos dos municípios de Iporanga e Itaoca (SP)

Quilombolas do Vale do Ribeira iniciam debate sobre a criação do banco de sementes

Na sétima edição da feira de sementes e mudas do Vale do Ribeira, realizada em agosto de 2014, o debate sobre a preservação de sementes, realizado pelas comunidades quilombolas, contribuiu para que elas conhecessem e avaliassem algumas experiências.

No início de dezembro de 2014, realizou-se um encontro sobre troca de conhecimento envolvendo manejo, plantio e variedades agrícolas, no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar), em Iporanga, no sul de São Paulo. Ali, reuniram-se 18 representantes dos quilombos dos municípios paulistas de Iporanga e Itaoca (Nhunguara, Pilões, Maria Rosa, Piririca, Porto Velho, Cangume e Bombas), e a equipe técnica do programa Vale do Ribeira do ISA.

O objetivo foi iniciar o debate sobre a conservação e recuperação de variedades tradicionais cultivadas nos quilombos, valorizando o conhecimento

dos agricultores sobre as sementes e o manejo das roças, a segurança alimentar e o seu significado para as futuras gerações. A participação dos jovens das comunidades foi incentivada para promover o intercâmbio com os quilombolas mais experientes.

O grupo trabalhou em um diagnóstico da situação das mudas e das sementes tradicionais, as espécies e variedades perdidas e aquelas cultivadas nos quilombos atualmente, o manejo tradicional das roças e das espécies nativas, bem como as estratégias de conservação de sementes adotadas pelas comunidades quilombolas. Os participantes concluíram pela criação de um banco de sementes dos quilombos do Vale do Ribeira. Em março de 2015 será realizado um novo encontro com outras comunidades quilombolas do Vale. Esses encontros de gerações para criação do banco de sementes tem o patrocínio da Petrobrás.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1yu6JW0>

Monitoramento alerta sobre ineficácia de algumas ações de mitigação na instalação de Belo Monte

Em fevereiro, a Fundação Getúlio Vargas, contratada pela Câmara Técnica de Monitoramento das Condições Socioambientais da hidrelétrica de Belo Monte, vinculada ao Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável Xingu, da qual o ISA faz parte, divulgou análises e resultados do monitoramento independente que vem realizando na região de Altamira. Trata-se do portal Indicadores de Belo Monte, que pretende monitorar, com isenção e qualidade de informação, a efetividade de algumas das mais importantes ações de mitigação e compensação socioambiental da instalação da usina.

Os primeiros resultados indicam que a grande quantidade de recursos gastos em setores como a educação, não se reflete na melhora da prestação do serviço para a população regional. Ao contrário, revela pioras em seus principais indicadores, caso da reprovação e abandono escolar, que apresentam números

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1zL0xbW>

crescentes desde o início da instalação da usina. De acordo com a FGV, a análise dos relatos

preliminares colhidos junto às secretarias de Educação de Altamira, Brasil Novo, Anapu e Vitória do Xingu sugere um problema de distribuição de vagas pelo território, já que haveria um inchaço de alunos nas áreas urbanas, enquanto escolas do meio rural estariam esvaziadas.

A rede de saneamento básico (água e esgoto), que está quase pronta, corre o risco de se tornar inoperante por problemas de planejamento e gestão. Um investimento apontado pela Norte Energia da ordem de R\$ 385 milhões, financiado pelo BNDES para implantar o sistema de saneamento básico na cidade de Altamira, pode não alcançar seu verdadeiro objetivo que é garantir 100% de tratamento do esgoto da cidade e água potável para a população.

As análises devem trazer sugestões de encaminhamentos para resolver problemas considerados críticos. Este grupo de sugestões, chamado “mapa do caminho”, traz análises das condições e características de cada problema, os atores e suas responsabilidades e, por último, as possibilidades de resolução.

PEC 215 é desarquivada e comissão especial é recriada

A Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 foi recriada em 26 de fevereiro. A medida é consequência do desarquivamento do projeto, efetivado 20 dias antes pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), atendendo a um requerimento da bancada ruralista. O retorno à tramitação da proposta foi uma promessa de Cunha aos ruralistas feita durante sua campanha à presidência da Câmara, em janeiro.

O projeto transfere do governo federal para o Congresso a última palavra sobre a oficialização de Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas. Na prática, se aprovado, significará a paralisação definitiva dos processos de formalização dessas áreas protegidas.

A PEC havia sido arquivada em dezembro de 2014, porque não foi aprovada na Comissão Especial que a analisava depois de uma guerra de manobras regimentais entre parlamenta-

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/117HayC>

res ruralistas e socioambientalistas e muita pressão de representantes dos povos indígenas em Brasília.

“Queremos acabar com a PEC. Não queremos briga com os brancos, mas eles é que estão caçando briga conosco”, comentou Dotô Takakiri, depois de um encontro de uma delegação de indígenas Kayapó com Eduardo Cunha, no início de fevereiro. Takakiri disse que os povos indígenas irão se mobilizar contra a proposta e que sua aprovação será vista como um ato de guerra do governo contra eles.

Parlamentares socioambientalistas pretendem discutir agora uma alternativa para os conflitos envolvendo Terras Indígenas (TIs), em especial no centro-sul do País. Na avaliação do deputado Nilto Tatto (PT-SP), essa alternativa poderia ser um projeto para regulamentar a indenização pela terra a produtores rurais que ocupem TIs e tenham títulos fundiários válidos. Ainda não há consenso sobre como isso poderia ser feito. A Constituição garante, hoje, apenas o pagamento das benfeitorias aos fazendeiros retirados dessas áreas.

Relatório da CNV reconhece violações aos direitos dos povos indígenas

Em dezembro, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi entregue à sociedade brasileira e à Presidência da República. Com mais de 4.300 páginas divididas em três volumes, incluiu povos indígenas entre as vítimas de graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. Reconheceu-se, assim, que estes povos e seus apoiadores, foram considerados opositores pelo Estado brasileiro.

Intitulado “Violações de direitos humanos dos povos indígenas” e com mais de 60 páginas, o capítulo sobre os povos indígenas relata casos como o esbulho dos territórios Ava-Guarani, Guarani Kaiowá, no noroeste do Paraná e no sul do Mato Grosso do Sul, respectivamente; a emissão de certidões negativas sobre os territórios dos Nambikwara (MT); os processos de desagregação social e extermínio dos Xetá (PR), Tapayuna (MT) e Avá-Canoero (TO); as mortandades causadas pela construção de estradas e hidrelétricas entre os Panará (MT), Parakanã (PA), Akrãtikatejê (PA), Yanomami (RR) e Waimiri-Atroari (AM). O texto apresenta também a constituição de sistemas punitivos sob a égide do Serviço de Proteção ao Índio e posteriormente da Funai e práticas de tortura, como no caso do

Reformatório Krenak (MG), em que indivíduos de vários povos

foram encarcerados. No capítulo sobre a Guerrilha do Araguaia, as violações contra os Aikewara (PA) também foram detalhadas.

A estimativa é de que pelo menos 8.350 indígenas tenham sido mortos no período investigado e uma das particularidades dessas violações é o fato de não se destinarem a indivíduos, mas a povos inteiros – expulsando-os de suas terras, fazendo remoções forçadas, permitindo o contágio por doenças infectocontagiosas, prisões, torturas e maus tratos. Ao final do capítulo, há uma lista de recomendações que vão desde pedidos públicos de desculpas do Estado até a regularização, desintrusão e recuperação ambiental de Terras Indígenas, abrindo a possibilidade de reparação coletiva.

Apesar de trazer perfis de apenas 434 mortos e desaparecidos políticos – os quais a CNV teve condições de confirmar –, o texto reconhece que as graves violações contra camponeses e indígenas resultaram em um número de vítimas ainda mais expressivo. Diferentemente das violações cometidas contra outros setores da sociedade, os crimes contra indígenas careciam de sistematização até o momento e o relatório indica a continuidade das investigações, por meio da instalação de uma comissão exclusiva para aprofundar e ampliar as pesquisas. A equipe do Programa Monitoramento do ISA colaborou com a CNV, levantando documentos e informações e compoando a equipe que redigiu o capítulo.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1BAsB3o>

Decisão da CGU obriga BNDES a divulgar dados

Diante das negativas do BNDES em liberar dados dos relatórios socioambientais do financiamento da hidrelétrica de Belo Monte, em construção no Pará, o ISA entrou com recurso junto à Controladoria Geral da União (CGU). A Controladoria então determinou que o banco cumprisse a Lei de Acesso à Informação. O objetivo do ISA era reverter as negativas do banco em dar acesso aos relatórios, além de solicitar informações relativas à execução físico-financeira das obrigações socioambientais do beneficiário do empréstimo destinado a financiar a usina, a empresa Norte Energia. Belo

Monte recebeu um financiamento de R\$ 22,5 bilhões do BNDES, o que equivale a cerca

de 80% do valor da obra. Desse valor, R\$ 3,7 bilhões foram destinados ao cumprimento de obrigações socioambientais e a implantação de um plano de desenvolvimento sustentável na região de Altamira.

Após o recurso do ISA e a solicitação da CGU, o BNDES reconheceu que alguns dados seriam públicos e forneceu os valores genéricos já utilizados nas ações ambientais da obra, mas sem nenhuma discriminação do orçamento executado em cada um dos planos e projetos previstos no licenciamento da usina. O banco justificou que não faz o acompanhamento mais detalhado dos gastos em cada uma dessas ações, apesar da soma orçamentária bilionária e da diversidade de usos de cada parcela do financiamento.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1y8E0Em>

Projeto sobre recursos genéticos aprovado na Câmara traz retrocessos para povos indígenas e tradicionais

A Câmara finalizou, no dia 10/2, a votação do substitutivo do ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS) ao Projeto de Lei do Executivo (PL) nº 7.735/2014. A proposta tramita agora no Senado. O projeto pretende facilitar o acesso de pesquisadores e indústrias aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e à agrobiodiversidade (*veja quadro nesta página*). Hoje, o tema é regido pela Medida Provisória nº 2.186-16/2001.

Com a conivência do Planalto, peemedebistas e ruralistas costuraram um acordo para impedir qualquer mudança no texto do projeto durante a votação que significasse perdas para as indústrias farmacêuticas e de cosméticos e avanços para povos indígenas e tradicionais.

Representantes dessas populações vêm denunciando nos últimos meses sua exclusão do processo de negociação da proposta e a influência do lobby da grande indústria nessas negociações, o que é admitido pelo próprio governo. Em 27/2, um conjunto inédito de 80 movimentos sociais, organizações e redes da sociedade civil de todo Brasil, entre eles o ISA, divulgou carta em que condena o projeto e a atuação do governo a respeito dele.

“Denunciamos o amplo favorecimento dos setores farmacêutico, de cosméticos e do agronegócio (principalmente sementeiros), a ponto de ameaçar a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais associados e programas estruturantes para a segurança e soberania alimentares”, afirma o texto entregue a representantes do Ministério do Meio Ambiente.

Entre outros retrocessos, a redação votada na Câmara não prevê que populações indígenas e tradicionais possam negar o acesso a seus conhecimentos e traz diversas restrições à repartição dos benefícios oriundos da exploração econômica desses conhecimentos. Segundo o texto aprovado, essas comunidades só terão direito a alguma compensação se o conhecimento tradicional for “elemento principal de agregação de

valor” do produto desenvolvido a partir dele e se este produto for incluído numa lista que será elaborada por alguns ministérios. Além disso, produtos desenvolvidos antes de junho de 2000 com base em acesso a conhecimentos também estarão isentos de repartir benefícios.

O ISA acompanha o tema há vários anos, elaborando análises e publicações e monitorando as propostas e projetos em tramitação no Congresso, no governo federal e nas negociações internacionais.

O que são os recursos genéticos e conhecimentos tradicionais?

Os recursos genéticos da biodiversidade são encontrados em animais, vegetais ou micro-organismos que vivem em florestas e outros ambientes naturais, por exemplo, em óleos, resinas e tecidos. Já os recursos genéticos da agrobiodiversidade estão contidos em espécies agrícolas e pastoris. Comunidades de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares desenvolvem e conservam esses recursos.

Eles servem de base para pesquisas e produtos da indústria de remédios, sementes, gêneros alimentícios, cosméticos e produtos de higiene. Por isso, podem valer milhões em investimentos. O Brasil tem a maior biodiversidade do mundo e milhares de comunidades indígenas e tradicionais e, por isso, é alvo de biopirataria, crime que a nova lei deveria coibir e punir.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1C2iE11>

Comunicadores florestais criam rede latino-americana

Durante a COP do Clima (COP-20), realizada em dezembro, em Lima (Peru), comunicadores florestais da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai se reuniram para definir uma estratégia de trabalho da Rede Latino-americana de Comunicadores Florestais e Ambientais, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e pela Universidade Agrária de La Molina. Os comunicadores que compõem a Rede pertencem a diferentes segmentos como ministérios, meios de comunicação, universidades e organizações não governamentais. O ISA foi representado pela jornalista M. Inês Zanchetta e era a única organização não governamental brasileira presente.

O diretor geral assistente da FAO, Eduardo Rojas, lembrou a todos o papel decisivo que têm as florestas como

meio de vida de populações rurais e tradicionais em todo o mundo porque geram emprego, alimentos e outros bens e serviços ecossistêmicos. “A comunicação é uma ferramenta essencial para a incidência em políticas públicas e a Rede de Comunicadores é crucial para assegurar que as florestas se tornem uma prioridade na agenda política de região latino-americana”, afirmou.

Os participantes da Rede, por sua vez, reconheceram a relevância de uma plataforma que vai melhorar a compreensão que se tem das florestas e sua contribuição para a segurança alimentar. O encontro foi uma oportunidade de compartilhar informações, experiências e discutir iniciativas de comunicação florestal em nível regional com ênfase no Dia Mundial das Florestas, 21 de março, no Congresso Florestal Mundial, a se realizar em setembro, em Durban, na África do Sul e na agenda pós 2015.

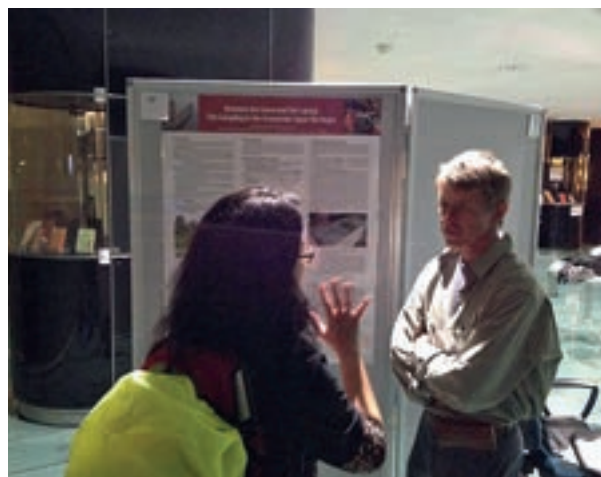
Experiências do Rio Negro são apresentadas em Conferência da FAO sobre pesca

O agrônomo Pieter Van der Veld e a antropóloga Camila Barra, ambos do Programa Rio Negro do ISA, participaram em janeiro da Conferência Global sobre pesca em águas continentais, patrocinada pela Universidade do Estado de Michigan (MSU-EUA) e promovida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma.

A conferência tratou da aquicultura e das pescas comerciais, de subsistência e de lazer. Representantes de diversos países (europeus, latino-americanos, norte-americanos, asiáticos e africanos) abordaram o tema sob diferentes ângulos, tais como avaliação biológica, social e econômica, política e governança.

O ISA participou com dois trabalhos: um pôster sobre pesquisas participativas e o manejo sustentável de pesca junto aos povos indígenas do Alto Rio Negro (AM) - no item que diz respeito à avaliação biológica - e fez uma apresentação sobre a experiência inovadora de regularização do turismo de pesca esportiva em Terras Indígenas no Médio Rio Negro, no

item Política e Governança. A apresentação avaliou a experiência e discutiu bases para a regularização do turismo de pesca esportiva, como estratégia para garantir a gestão do território, o manejo e monitoramento dos recursos e a segurança alimentar dos povos indígenas e tradicionais.



Pieter-Jan Van der Veld, do Programa Rio Negro, apresenta pôster sobre experiências de monitoramento participativo

ISA promove evento na Cúpula dos Povos durante a COP 20

Durante a Conferência do Clima (COP 20) realizada em Lima, no Peru, o ISA promoveu uma sessão no pavilhão indígena, mediada pela Coica (Coordinadora de las organizaciones indígenas de la Cuenca Amazónica), na qual o pesquisador Antônio Nobre, do Instituto de Pesquisas da Amazônia, apresentou seu livro *O Futuro Climático da Amazônia* e a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) apresentou o mapa sobre carbono em Terras Indígenas e Áreas Protegidas na Amazônia (*veja mais na pág. 3*).

O antropólogo Steve Schwartzman, do EDF (Environmental Defense Fund), organização que participou do estudo que resultou no mapa, falou sobre as ameaças aos direitos indígenas em curso no Brasil.

Além disso, a coordenadora do Programa Política e Direito Socioambiental do ISA, Adriana Ramos, participou de um evento ao lado de lideranças femininas do Brasil e do Peru que abordou as obras de infraestrutura nos dois países e seus impactos socioambientais. Em outro evento, Adriana apresentou um balanço sobre as políticas ambientais no Brasil.



Visitas aos sites*

Em 2014

Acessos

2.879.084

Visualizações de páginas

6.053.441



61.289

CURTIDAS



21.699

SEGUIDORES

* Considerados os sites PIB, Pibinho, Cílios do Ribeira, Socioambiental, Y Ikatu, TIs, UCs, Radar Rio+20. Fonte Google Analytics.

Fortalecimento dos Parceiros Locais

Estado de São Paulo reconhece quatro comunidades quilombolas do Vale do Ribeira

Em novembro, as comunidades de Abobral da Margem Esquerda, Engenho, Bombas e Aldeia foram reconhecidas pelo governo estadual. Os relatórios técnico científicos – RTC – foram entregues aos coordenadores das quatro associações quilombolas. Os quilombos Abobral da Margem Esquerda e Engenho ficam no município de Eldorado; Aldeia se localiza em Iguape e Bombas, no município de Iporanga, abrigando 86 famílias no total.

A cerimônia de reconhecimento contou com a presença de líderes de comunidades quilombolas, representantes de órgãos estaduais, prefeitos dos municípios de Eldorado, Iporanga e Iguape, Defensoria Pública Estadual, e de parceiros das

comunidades como o ISA e a Eacone (Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira).

O reconhecimento territorial é um passo importante na luta pela titulação da terra, quando o Estado reconhece que aquele território existe e que a comunidade que lá vive tradicionalmente ocupa e usa aquele espaço territorial, ligado às suas tradições e ancestralidade. Tanto pode ser feito por meio da Portaria de Reconhecimento do Incra ou do Relatório Técnico Científico no caso do Instituto de Terras do Estado de S. Paulo (Itesp).

Este status garante aos quilombolas assistência técnica do Itesp e benefícios como obras de infraestrutura, recebimento de insumos e materiais para fomentar a produção.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1t7BJUP>

Grupo de estudos de índios do Xingu incentiva suas comunidades à participação política

A conjuntura desfavorável aos direitos indígenas conquistados com a Constituição de 1988, e que se encontram sob ataque no Congresso Nacional, levou a Associação Terra Indígena do Xingu (Atix) e o ISA a propor ações e estratégias de incentivo à participação política dos povos do Parque Indígena do Xingu (PIX) no debate.

Assim, em 2014, foram promovidos encontros regionais, com representantes das regiões do PIX, para qualificar as informações e facilitar o entendimento das comunidades sobre o funcionamento do sistema político brasileiro. Cinco representantes de cada região do PIX, de 11 povos indígenas, foram escolhidos pelas comunidades e, a partir daí, a Atix e o ISA conduziram o processo.

Do encontro realizado no final de setembro, na sede da Atix, no Diauarum, nasceu o Grupo Xinguno de Estudos da Política, cuja proposta tem como base o diálogo constante entre o conhecimento técnico das regras e o funcionamento do sistema político brasileiro, as experiências e os valores das lideranças tradicionais e o conhecimento dos jovens representantes xingunos escolhidos pelas comunidades.

De acordo com as especificidades de cada povo e a conjuntura política de cada região do PIX, o Grupo pretende atuar em três frentes:

- ✓ Com as populações xinguanas, de forma que elas possam compreender melhor como funciona a política representativa no Brasil, as propostas dos partidos políticos, a importância do voto consciente para escolher seus representantes, a atual conjuntura política do país e as ameaças sobre os direitos e territórios indígenas. E estimulando a participação dos xingunos nas eleições, auxiliando-os a tirar o título de eleitor e outros documentos.
- ✓ Com as lideranças e comunidades do PIX, de modo a aumentar e qualificar sua participação no movimento indígena nacional.
- ✓ Com os representantes xingunos escolhidos, para que eles concorram às eleições das câmaras municipais nos principais municípios do entorno do PIX a partir de 2016.
- ✓ Em 2015, estão previstos três encontros do Grupo para estudar e analisar estratégias de filiação partidária dos candidatos xingunos, dois módulos de curso sobre o funcionamento do sistema político brasileiro com ênfase na vereança, além de rodadas de conversa nas aldeias.



Vista aérea do Posto Indígena Diauarum, no Parque Indígena do Xingu (MT).

© MARCUS SCHMIDT/ISA



Davi Kopenawa, presidente da Hutukara, apresenta o mapa binacional yanomami durante encontro na TI Raposa-Serra do Sol

Yanomami e Ye'kwana do Brasil e da Venezuela criam Fórum para debater questões que os afetam

A segunda edição do encontro binacional Yanomami e Ye'kwana (28/10 a 2/11) na TI Raposa-Serra do Sol (RR) reuniu pela primeira vez 60 representantes de nove associações indígenas dos Yanomami e Ye'kwana e seis organizações da sociedade civil parceiras. As discussões foram realizadas nas oito línguas indígenas ali representadas (5 línguas yanomami, ye'kwana, português e espanhol) e abordaram temas centrais para esses povos como Gestão Territorial, Saúde, Juventude e Direitos da Mulher.

Daí resultaram propostas para ações conjuntas visando fortalecer a governança desses povos sobre seus territórios e influenciar as políticas públicas do Brasil e da Venezuela. Todas as recomendações e propostas foram sistematizadas e estão expressas na Carta do Lago Caracaranã, aprovada no último dia do encontro, que será um instrumento de diálogo das organizações indígenas com as instituições governamentais de ambos os países.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1oL9dvr>

Criado durante o encontro, o Fórum Permanente Binacional Yanomami Ye'kwana será o espaço para a construção de propostas e de ações conjuntas. Para se ter uma ideia de seu potencial, as associações que o compõem representam comunidades Yanomami e Ye'kwana que ocupam um território de aproximadamente 23 milhões de hectares de floresta contínua, situada em ambos os lados da fronteira, onde vivem mais de 40 mil indígenas. Apesar de seu território apresentar elevado grau de conservação da floresta, esses povos enfrentam problemas comuns aos dois países como, por exemplo, o garimpo ilegal, a ameaça crescente de projetos de mineração e a dificuldade no atendimento à saúde das comunidades mais distantes.

Durante o encontro foi apresentada e revisada a primeira versão do mapa *Território e Comunidades Yanomami Brasil-Venezuela*, publicação que será lançada em 2015. O mapa servirá para subsidiar ações dos órgãos governamentais que atuam na região, na construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental dos Yanomami e Ye'kwana.



Márcio Yawari, jovem aprendiz de xamã da região do Ajarani (RR), continua sua formação na aldeia Watoriki

Hutukara e ISA promovem intercâmbio para formação de xamã

Márcio Yawari, jovem aprendiz de xamã da região do Ajarani (RR), viajou em novembro para a comunidade Watoriki na companhia do líder Davi Kopenawa para continuar sua formação. Cinco experientes e respeitados xamãs yanomami o acompanham e orientam no árduo processo de iniciação ao xamanismo. Este intercâmbio faz parte de um conjunto de iniciativas protagonizadas pela Hutukara Associação Yanomami com o apoio do ISA, para fortalecer a tradição xamânica yanomami por meio de Encontros de Xamãs e de Pesquisas Interculturais sobre o tema. Dois filmes, um livro e um CD de cantos foram produzidos inspirados nesses trabalhos.

O poder de conhecimento e de comunicação com

o mundo das “essências vitais” (utupê) faz dos xamãs os pilares da sociedade ya-

nomami. Escudo contra os poderes maléficos oriundos dos humanos e dos não humanos que ameaçam a vida dos membros de suas comunidades, eles são também incansáveis negociadores e guerreiros do invisível, dedicados a domar as entidades e as forças que movem a ordem cosmológica.

Márcio demonstrou o desejo de se tornar xamã no Encontro de Xamãs de 2013, ocorrido na comunidade Serrinha, no Ajarani, região submetida a dramático processo de desestruturação social por conta da abertura da Rodovia Perimetral Norte (BR-210) e do contato com a sociedade nacional, por isso diversas práticas e tradições da cultura yanomami estavam enfraquecidas, e o xamanismo ali estava em vias de desaparecer. A formação de Márcio representa a possibilidade de restabelecer o vínculo das novas gerações yanomami com toda a riqueza intelectual e poética que o xamanismo envolve.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1upZH0i>

Foirn realiza assembleia geral em Santa Isabel do Rio Negro (AM)

Pela primeira vez em seus 27 anos de existência, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) realizou sua assembleia geral em Santa Isabel do Rio Negro, que ao lado de Barcelos e São Gabriel da Cachoeira formam a área de abrangência da organização. O objetivo foi promover a melhoria das políticas públicas governamentais e fortalecer a atuação do movimento indígena e parceiros na região, suas iniciativas e demandas, já que o processo de demarcação em Santa Isabel, assim como em Barcelos, está incompleto. A assembleia, que reuniu, mais de 170 pessoas, teve como tema o “Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável. Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, valorizando o Sistema Agrícola do Rio Negro.”

Durante os debates, Braz França, que presidiu a Foirn entre 1990 e 1996 e é um dos responsáveis pela demarcação das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro, lembrou a mobilização para garantir a demarcação de forma contínua. Foi nessa época que grande parte das associações indígenas filiadas à Foirn foi criada e estabeleceu-se uma rede de comunicação via radiofonia, além de um levantamento exaustivo e inédito de informações socioambientais da região.

Os relatos das cinco coordenadorias da Foirn trataram de temas como demarcação de terra nas regiões de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, fortalecimento político das associações de base, formação para um bem viver nas comunidades evitando êxodo, gestão territorial tendo em vista a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e suas ferramentas como os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA). Os problemas de saúde indígena na região, como atrasos nos pagamentos dos funcionários do DSEI e na compra de insumos e medicamentos, foram levantados a partir de uma carta pública que a Foirn endereçou ao governo em agosto de 2014. Como não houve resposta, a decisão foi reenviar a carta.

Também foram debatidas questões como educação, e o projeto de pesca esportiva no Rio Marié. O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro foi item da pauta e especialistas explicaram o processo de patrimonialização e as pesquisas a ele relacionadas, levantando questões sobre as viagens que as plantas fazem com o sistema de troca do Rio Negro, as narrativas e histórias das plantas e a importância de dar visibilidade, respeitar e atualizar um sistema agrícola com mais de dois mil anos.

© RAY BENJAMIN/ISA



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1u2UFor>

Grupo de trabalho discute gestão territorial durante a assembleia em Santa Isabel do Rio Negro (AM).



© ANDRÉ BANÍWA

Escola Pamáali abriu as portas para a Assembleia da Oibi.

Oibi faz balanço de 22 anos de atividades e parcerias

A Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) realizou em novembro na Escola Pamáali, Médio Rio Içana, a 12ª Assembleia Ordinária com o tema “Consolidando Política e Gestão Participativa Indígena nas comunidades Baniwa.” Fundada em 1992, a Oibi contou em 22 anos de existência com o apoio de parceiros estratégicos como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), o ISA, a Fiocruz, a Funai, o Instituto ATÁ, a Natura, a Fundação Rainforest da Noruega, e a Aliança pelo Clima entre outros.

Em 2013, a iniciativa Arte Baniwa, iniciada com a cestaria de arumã no final dos anos 1990, foi retomada com foco na produção e comercialização de pimenta Jiquitaia Baniwa. O objetivo é formar uma Rede de Casas da Pimenta Baniwa. Duas unidades já estão em funcionamento, uma na comunidade Tunuí Cachoeira, inaugurada em janeiro de 2013 e outra na comunidade Ucuqui Cachoeira, inaugurada em abril de 2014.

Para além das conquistas desses 22 anos ainda há muitos desafios pela frente. Na educação escolar, as lideranças Baniwa e Coripaco e as demais lideranças do Rio Negro lutam pela criação e reconhecimento do ensino médio indígena. O Plano de Manejo Pesqueiro do Rio Içana, de 2008, foi avaliado e foram rediscutidas as práticas boas e ruins para o manejo pesqueiro. O compromisso com as boas práticas foi reafirmado fortalecendo os pactos intercomunitários de gestão da Bacia do Rio Içana.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1pnQ2bE>

Curtas

RESERVA EXTRATIVISTA DO RIOZINHO DO ANFRÍSIO COMEMORA 10 ANOS DE CRIAÇÃO. Em novembro, a Reserva Extrativista (Resex) Riozinho do Anfrísio, no Pará, comemorou os 10 anos de sua criação. Teve roda de conversa, torneio de futebol, dança e um bolo gigante. A reserva é uma das mais emblemáticas Unidades de Conservação da Amazônia já que se localiza no meio de uma das mais predatórias frentes de expansão do desmatamento da região, ao mesmo tempo que é de grande importância para a conservação da biodiversidade. Desde a criação da Resex, o ISA tem atuado em parceria com a associação de moradores desenvolvendo projetos de manejo e geração de renda, caso da castanha do Brasil, do processamento de óleos de plantas da floresta, por meio da construção de mini usinas e da extração de borracha nos seringais. O ISA também apoiou a construção de escolas e posto de saúde, em parceria com a prefeitura de Altamira, além de realizar projetos de capacitação sobre gestão territorial.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1HrqUq8>



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Jurandir Carverio Jr. (presidente), Tony Gross (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Marina Kahn e Neide Esterici.
Secretário Executivo: André Villas-Bôas.

APOIO INSTITUCIONAL Icco (Organização Interdeslocada para Cooperação ao Desenvolvimento) e NCA (Ajuda da Igreja da Noruega)

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Leticia Leite e Oswaldo Braga de Souza.

Ilustrações e logomarca: Rubens Matuck; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Ana Cristina Silveira. **Visite nosso site:** www.socioambiental.org

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA EL DORADO** Rua Dr. Nuno Silva Bueno, 390, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.